

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, NA SOCIEDADE ADMINISTRADA: ESTUDOS CRÍTICOS

*EDUCATION AND TECHNOLOGY IN ADMINISTERED
SOCIETY: CRITICAL STUDIES*

Hugo Leonardo de Araújo Dias

Doutorando em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2257113948795362>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0382-5014>

E-mail: hugodiasprof@gmail.com

O livro “Educação e tecnologia, na sociedade administrada” (2024) é composto de pesquisas relacionadas ao projeto temático denominado “Formação e educação, tecnologia e profissionalização na sociedade do capitalismo tardio”, que reúne pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Os estudos têm como aporte teórico a Teoria Crítica da Sociedade, especificamente com foco nos trabalhos de Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno. Este último pensador - de grande relevância para as pesquisas que aqui se apresentam - possui dois capítulos no livro aqui analisado: “Teoria da pseudocultura” e “Sobre a especificação da Teoria Crítica”. Os textos de Adorno possibilitam ao leitor entrar em contato com conceitos e reflexões importantes para a análise dos estudos que se apresentam ao longo dos capítulos do livro. Adicionalmente, oferecem uma atualização da tradução, feita em um novo contexto, a partir da identificação de limitações semânticas e conceituais nas versões anteriores.

O texto “Teoria da pseudocultura” foi publicado no Brasil uma única vez, no ano de 1996, na revista Educação e Sociedade e, devido sua relevância para as pesquisas dos grupos de estudos envolvidos no livro, foi elaborado pelos pesquisadores do projeto temático “Formação e educação, tecnologia e profissionalização na sociedade do capitalismo tardio”, a publicação de uma nova tradução em língua portuguesa, visando a contribuição para novas discussões, aprofundamentos e detalhamentos da obra de Adorno.

O primeiro capítulo, intitulado “Formação: técnica e tecnologia na educação contemporânea”, é um ensaio escrito por Odair Sass que fundamenta o livro, apresentando conceitos e problemáticas que são discutidas criticamente ao longo das pesquisas e se estruturando como uma apresentação do projeto temático, que aponta para os interesses e discussões, nos últimos anos, dos grupos de pesquisa envolvidos.

A função da Teoria Crítica, conforme Sass (2024), é fomentar o fim do fetiche ao véu tecnológico, algo necessário, como já apontava Karl Marx. A Teoria Crítica vai além da mera descrição social e busca explicar a sociedade em que vivemos e tem como horizonte a transformação social, por isso é crítica e apresenta visões negativas sobre nossa existência.

Sass (2024) parte das bases de entendimento sobre a relação entre cultura e civilização. A formação do homem e sua relação com a cultura é ponto fundamental para a compreensão dos estudos presentes no livro aqui analisado. O autor, tendo como fundamentação teórica o pensamento adorniano, defende que a formação é a maneira que o sujeito se apropria da cultura, o que demonstra a importância da educação no desenvolvimento da sociedade ou até mesmo seu retrocesso, marcado pelo avanço de sociedades autoritárias.

O texto de Sass (2024) salienta o objeto de investigação do eixo temático do projeto, ou seja, a formação como vem sendo concretizada atualmente, focando na educação escolar, com sua organização e estrutura, hoje, marcada pela sociedade do capitalismo tardio e suas vicissitudes. A educação e seu correlato, a formação, estão na visão de Sass (2024) submetidas aos princípios da indústria que passa a exigir:

1) ciência em vez de tentativa e erro do empirismo ou das descobertas casuais; 2) tecnologia, como ciência aplicada a produção que fixa na máquina, antes de tudo, os movimentos que antes eram próprios do trabalhador, tornando este um apêndice daquela; e, também, por isso, 3) a educação técnica e profissional indispensável para um ambiente de trabalho dirigido pela maquinaria, muito diferente daqueles necessários à produção, em etapas históricas anteriores ao capitalismo industrial, é reduzido ao domínio desses elementos principais: científico, técnico, tecnológico e profissional (Sass, 2024, p. 29).

A necessidade de se pensar a formação e sua inversão, a pseudoformação, revela a necessidade do desenvolvimento de pesquisas em educação que investiguem de forma crítica os desafios do campo educacional. Tais pesquisas devem, ao investigar seus problemas, manter os elementos inseparáveis como “cultura-sociedade-indivíduo-ciência-técnica-tecnologia”. (Sass, 2024, p. 31)

O jogo do capitalismo tardio está presente nas diversas esferas sociais e se manifesta por meio de uma racionalidade irracional que visa a dominação. Sass (2024, p. 41) ao argumentar por meio de Marcuse, afirma que o pensamento crítico é utilizado pela ideologia, que por estar deslocada para o aparato social se configura como ideologia da racionalidade tecnológica, que imprime cada vez mais a “servidão voluntária” dos indivíduos.

Há em nossa sociedade uma forte amarra social, onde a liberdade é fonte de coerção e dominação. A formação deveria servir como forma de emancipação dos sujeitos, mas em um mundo marcado pelas relações de produção do capital, vem se transformando em pseudoformação (*Halbbildung*), neste sentido, Sass (2024) chama a atenção para a importância de se investigar a pseudoformação que é oferecida aos educadores:

A educação não avançará um milímetro se persistir construtivistas que não leem Jean Piaget, vygostskianos que não leem Vygotsky, escolanovistas que tão somente ouviram falar em John Dewey, wallonianos que leem, no máximo, versões de terceira mão, das obras de Henri Wallon, e os exemplos poderiam ser multiplicados. (Sass, 2024, p. 43)

Considerando o capítulo de Sass (2024) como fundamentação teórica para se pensar as pesquisas que são descritas ao longo do livro, revela-se a importância das relações entre técnica e sujeito e suas reverberações na educação, demonstrando os caminhos para a formação e os desafios enfrentados para a superação da pseudoformação.

O segundo capítulo, intitulado “Técnica, tecnologia e profissionalização: a produção científica sobre os fins da universidade e formação”, foi escrito por Maria Angélica Pedra Minhoto e Carlos

Antônio Giovinazzo Jr., também organizadores, que têm como objetivo apresentar alguns resultados de pesquisas relacionadas à universidade pública e a formação no Brasil. Os resultados apontaram para tendências à submissão do capital e o conformismo dos valores econômicos impostos às dinâmicas da vida universitária. Os autores salientam para a produção de poucos trabalhos que se dedicam a desvelar as armadilhas da tecnologia e pensar em outras formas de rompimento com a hegemonia econômica e sua consequente dominação. O estudo e seus resultados evidenciam a necessidade de outras análises, revelando como o capitalismo tardio é operacionalizado com o objetivo de minimizar as contradições internas, porém, sem resolver os diversos problemas que se manifestam em nossa sociedade.

O capítulo seguinte, “Da formação do indivíduo autônomo à produção de capital humano: a universidade em questão”, de Maria Angélica Pedra Minhoto e Cristiane Fairbanks, tem como proposta analisar e reconhecer os elementos que marcam a atual formação da universidade brasileira. Para isso, as autoras confrontam práticas e princípios adotados no século XX e no início do século XXI. As autoras discutem inicialmente sobre a formação superior em modelos consagrados internacionalmente, como o caso do modelo alemão de universidade, que ainda tem influência em diversos países do mundo. Apresentam um breve histórico sobre os conflitos e pensamentos que fizeram o modelo alemão surgir e seguir como uma referência para outras universidades fora da Alemanha, destacando o modelo criado a partir de Wilhelm Humboldt, que:

[...] visava ao mesmo tempo articular pesquisa acadêmica e as diferentes áreas do conhecimento no interior da universidade e orientar o processo de formação cultural (*Bildung*) dos jovens, pelo desenvolvimento livre e autônomo de sua personalidade e inteligência (formação espiritual) e o cultivo de seu caráter (formação moral). (Minhoto; Fairbanks, 2024, p. 71)

A relevância de pensar nesse tipo de modelo parte da consideração de que os conteúdos ensinados na universidade seriam oriundos das pesquisas realizadas dentro das próprias universidades, possibilitando que o estudante possa ser incentivado a realizar pesquisas, a desenvolver criticidade e a seguir seu caminho de forma autônoma.

O modelo francês foi o que mais se diferenciou do modelo alemão, já que desenvolveu um sistema educacional controlado pelo Estado, marcado pela estrutura administrativa e a divisão entre faculdades, uma característica da reestruturação do ensino superior francês no governo napoleônico. Outro modelo analisado pelas autoras é o anglo-saxão, que objetivava “desenvolver tanto habilidades intelectuais amplas, quanto para o cultivo do caráter (formação moral), o que foi chamado de ‘educação liberal’, que diferenciava da *Bildung* humboldtiana por centrar-se no desenvolvimento pessoal do universitário e não em exigências disciplinares.” (p. 75). A ênfase liberal deste modelo estimulava a competitividade e a meritocracia, algo que imprimia diferenças fundamentais entre o modelo alemão e o anglo-saxão.

A educação brasileira, constituída ao longo de anos de disputas em nosso país, marcada pelos enfrentamentos no período republicano, no governo Vargas e em tantos outros momentos de nossa história, fizeram com que a universidade brasileira, até o final da segunda guerra mundial, tivesse como base de modelo as universidades francesas e alemãs. Com o fim do conflito mundial e as mudanças econômicas, prevaleceu no Brasil uma universidade mais alinhada às questões do capitalismo, o que possibilitou uma forte influência estadunidense na universidade brasileira, vista após a Reforma universitária de 1968, algo que irá se agravar com a possibilidade de formação após a redemocratização do Brasil. As reformas administrativas do governo de Fernando Henrique Cardoso apresentaram novas formas de administração pública do Estado, refletindo na maneira como as universidades brasileiras são orientadas, o que favoreceu uma formação universitária baseada na adaptação ao sistema vigente (Minhoto; Fairbanks, 2024).

O capítulo quatro, “A competência como ferramenta de pseudoformação na sociedade do capitalismo tardio”, de Luiz Alberto Neves Filho e Elizangela Lizardo, analisa a questão da formação dos professores no Brasil a partir das diretrizes curriculares nacionais que versam sobre a formação docente. Os autores ainda discutem sobre a função social da universidade, que não deveria estar submetida às necessidades impostas pelo capitalismo tardio. A análise dos autores

também corrobora com a reflexão das análises de Minhoto e Fairbanks (2024), ao pensar sobre os impactos do capital nos caminhos trilhados pela universidade brasileira. Neves Filho e Lizardo (2024) ainda discutem a ideia de competência, apontando para as reverberações dessa concepção educacional na sociedade administrada, que minimiza a reflexão teórica e crítica sobre a educação, contribuindo para que a educação sirva como reprodução. A educação é vista pelos autores como fonte de ideologia e de produção de sujeitos padronizados e, conseqüentemente, dominados pela racionalidade tecnológica, que tem como objetivo a própria padronização e a alienação, ficando “[...] cada vez mais evidente em tais diretrizes a clara intenção de redução do campo de possibilidades de desenvolvimento de um processo formativo que tenha como objetivo o pensamento crítico, a autonomia e a independência. (p.103)

Escrito por Juarez Bernardino de Oliveira, o capítulo “A formação continuada de professores da educação básica e as políticas para a melhoria da qualidade da educação pública em São Paulo” apresenta uma investigação sobre a concepção de formação continuada de professores do ensino fundamental e ensino médio do Estado de São Paulo, com foco entre os anos de 2009 a 2019, nas formações oriundas das ações formativas da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAPE), analisando, ainda, os efeitos destas ações formativas no desempenho dos estudantes da rede pública paulista de ensino. A hipótese é de que a centralização da formação continuada dos professores nas mãos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEDUC-SP), baseada no discurso da qualidade em educação, serve para a instrumentalização técnica e está a serviço da dominação, não contribuindo para uma formação para a emancipação. A pesquisa aponta para o problema da formação no Brasil e os caminhos possíveis para uma formação docente que está submissa a técnica, revelando os resultados ruins dos estudantes da rede de ensino pública paulista, chamando a atenção para o ano de 2014, marcado pelo baixo desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio, o que deveria gerar ao menos questionamentos sobre as formações realizadas pela EFAPE.

O autor afirma em suas conclusões que a EFAPE está submetida ao modo unidimensional e que, desta forma, favorece o surgimento de professores avassalados a um suposto conhecimento. Ou seja, os professores são instrumentalizados e suas ações visam a padronização de seu trabalho e do ensino dado aos estudantes: “Na representação unidimensional do campo educacional, alunos e professores perdem a condição de sujeitos com histórias concretas; roteiros, plataformas e manuais assumem o comando impessoal do processo”. (Oliveira, 2024, p. 136)

As tendências sociais contemporâneas são apresentadas no sexto capítulo, como ponto de partida para se pensar a juventude e sua formação no Brasil atual. Em “Juventude, democracia e fascismo: a formação do jovem e o ensino médio no Brasil contemporâneo”, Giovinazzo Jr. (2024) alerta sobre a ameaça de grupos no Brasil e no mundo, aos princípios democráticos. O autor tem como objetivo dar algum sentido de compreensão sobre as manifestações desses grupos que fazem intervenções nas escolas, no trabalho, na cultura, na política e suas instituições, bem como nos direitos humanos, enfim, a tudo aquilo que representa uma possibilidade de construção de uma sociedade mais democrática, uma vez que tais intervenções são movimentadas por grupos autoritários e de tendência fascista, que buscam imprimir uma visão única de mundo, avessos às várias manifestações da experiência humana.

A educação e a juventude são afetadas pela sociedade centrada nas relações capitalistas, assim, a formação escolar apresenta problemas e a racionalização tecnológica se evidencia por meio das práticas pedagógicas: “(...) seja ampliando e reforçando o controle social sobre crianças, adolescentes e jovens, seja concorrendo para a produção de indivíduos adaptados aos ditames e exigências da sociedade administrada do capitalismo tardio.” (Giovinazzo Jr., 2024, p. 142).

A escola, segundo Giovinazzo Jr. (2024), não deveria conter este caráter adaptativo, o que corrobora com as pesquisas anteriores, destacando a educação política como exigência nas escolas, o que colocaria em risco o jogo de forças que existe em nossa sociedade, indo na contramão dos interesses que se revelam por meio do aparato estatal, industrial e tecnológico - o que seria equivalente a questionar as formas de sustentação da dominação social. A formação, como apropriação subjetiva da cultura, pode ser o vetor de transformação social, o que promoveria a autonomia dos indivíduos, porém, em nossa sociedade a formação não é possibilitada, pois ao predominar a tendência adaptativa, o indivíduo é jogado a seguir as exigências de integração à

ordem social e aderir ao coletivo de ajustamento ao vigente. Os educadores poderiam se mover na direção de uma escola emancipatória, mas parece que há em plano um processo contrário. Tomando como referência o pensamento marcusiano, Giovinazzo Jr. (2024) afirma que a escola vem se configurando como local de paralisia da crítica, impedindo o desenvolvimento subjetivo e impondo a identificação e a absoluta integração ao aparato econômico, social e político. Aqueles que não se adaptaram a tal aparato ficam submissos ao constante risco de exclusão. As contradições presentes em nossa sociedade invadem a escola e produzem dinâmicas e práticas pedagógicas repletas de tensões e ruídos, revelando que tanto a adaptação como a resistência a ela estão presentes no ambiente escolar, local de muitas facetas e interesses, o que demonstra como a experiência escolar é importante para se pensar a educação e suas relações.

O capítulo sétimo, “Política educacional contemporânea: análise da atividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2000 a 2019)”, de autoria de Deise Lopes de Sousa, busca discutir sobre a lógica empresarial contida na execução orçamentária da FNDE, compreender a racionalização organizacional do estado e as aproximações e distanciamentos da educação com a economia. Para a autora, a Teoria Crítica entende que a aproximação entre educação e capitalismo é uma resultante histórica da sociedade administrada e organizada pelo capital, logo, busca entender como por meio do estado e de sua organização, há o aumento da submissão da educação à ordem econômica. Em se tratando da FNDE, concluiu-se que esta instituição possui uma tecnologia administrativa com aportes empresariais que promove os efeitos desejados para uma sociedade organizada por meio da visão neoliberal, em que a lógica econômica passa a determinar os rumos das políticas públicas, das ações do governo, das atitudes individuais e outras. A autora argumenta que o neoliberalismo se manifesta por meio de discursos e práticas, como se apresenta nos documentos: “Nos programas e ações gerenciados pelo FNDE, no período de 2000 a 2019, há elementos que expressam premissas econômicas neoliberais no direcionamento e organização das políticas educacionais” (Sousa, 2024, p. 164). Seguindo esta lógica econômica, a educação passa a servir como fonte de pseudoformação, contribuindo para o desenvolvimento de um pensamento unidimensional e um comportamento que servirá para as fileiras do jogo do capital.

De autoria de Maria Angélica Pedra Minhoto, o oitavo capítulo, “Expansão e mercantilização da educação superior: análise preliminar de um processo de deformação em larga escala”, tem como hipótese a existência de que há no Brasil o desenvolvimento de uma deformação em larga escala, configurada pela maior parte dos estudantes em cursos universitários de baixa qualidade, geralmente ofertados pelo modelo de Ensino a Distância (EaD). Tal processo está atrelado à lógica econômica de mercantilização da formação, prejudicando os indivíduos e conseqüentemente o futuro da sociedade brasileira. A autora apresenta e analisa alguns documentos da legislação brasileira e dados, que demonstram a evolução dos matriculados no ensino superior, dentre outros. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e alguns decretos do final dos anos de 1990, foram fundamentais para as mudanças que legalizaram a mercantilização da educação brasileira, abrindo as portas para os interesses privados na educação, como a financeirização, implementada no Brasil no final dos anos 2000, imprimindo uma nova atuação do setor privado na educação brasileira, que privilegia os grandes grupos educacionais, uma das marcas da atual educação brasileira. O estudo evidencia a forte tendência dos grandes grupos privados educacionais atuando no processo de financeirização da educação superior brasileira, contribuindo para a expansão desses grupos, o que revela um sério problema: o desenvolvimento de uma formação precária ou nenhuma formação, apontando para a urgência de proteger a educação pública e a educação privada de qualidade.

O livro “Educação e tecnologia, na sociedade administrada: estudos críticos” ao apresentar pesquisas que analisam, refletem e propõem mudanças para a educação, se configura como uma fonte para pesquisadores e interessados em pensar criticamente a educação e a formação de educadores e estudantes, imprimindo caminhos para uma educação livre das amarras do capital, promovendo a emancipação e combatendo a barbárie, uma ameaça ainda presente em nosso mundo.

Referência

GIOVINAZZO JÚNIOR, Carlos Antônio; MINHOTO, Maria Angélica Pedra, SASS, Odair. (Orgs.). **Educação e tecnologia, na sociedade administrada: estudos críticos**. Curitiba: Appris, 2024.

Recebido em 15 de novembro de 2025

Aceito em 23 de fevereiro de 2026